



ID: 69854451

06-06-2017

ECONOMIA

Miguel Baltazar



A proposta inicial do Governo prevê multas crescentes para as cotadas que não cumpram as quotas. Mas as sanções poderão ser atenuadas para viabilizar a proposta.

IGUALDADE

PS negocea com CDS alívio de sanções na lei das quotas

PCP vai votar contra a proposta que introduz quotas no sector empresarial do Estado e nas empresas cotadas. Com o PSD a criticar a intenção, o PS e o BE preparam-se para negociar com o CDS, que quer aliviar substancialmente as sanções das empresas que não cumpram.

CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

A proposta do Governo que prevê a imposição de quotas nas empresas públicas e nas cotadas tem a oposição do PCP, que vai votar contra, e é alvo de críticas do PSD. Neste cenário, tanto o PS como o Bloco de Esquerda se mostram disponíveis

para negociar com o CDS, que exige uma substancial alívio das sanções a aplicar: em vez das multas inicialmente previstas, o partido de Assunção Cristas propõe uma "repreensão" e a publicitação das empresas cotadas que não cumpram.

"O CDS quer negociar. É negociável. Não estamos fechados à negociação sobre sanções", afirma ao Negócios a deputada Elza Pais, do PS, sem revelar até que ponto é que o partido e o Governo estão dispostos a ir. "Mesmo sem sanções uma lei é uma lei e é para cumprir", responde também a deputada Sandra Cunha, que

tem acompanhado a questão no Bloco de Esquerda. Está prevista para esta terça-feira uma reunião onde o assunto será debatido, mas onde não é certo que seja votado.

A proposta original do Governo estabelece que a proporção de pessoas de cada sexo designadas para cada órgão de administração e de fiscalização de cada empresa cotada não pode ser inferior a 20% a partir da primeira assembleia-geral de 2018, e de 33,3% em 2020. E impõe uma multa equivalente ao "total de um mês de remunerações do órgão de administração ou de fiscalização, por cada semestre

de incumprimento, duplicando sucessivamente este valor". Há também quotas para as empresas públicas que têm sido menos polémicas.

O Bloco tinha proposto o alargamento a alguns cargos da administração pública (excepcionando os concursos) e na proposta de alteração que deu entrada na semana passada o Governo compromete-se a apresentar até ao final do ano uma proposta que alargue as quotas de 40% à administração directa, indirecta e às universidades. O CDS não se opõe.

Só que o PCP vai votar contra. "As questões da igualdade não se re-

solvem através de quotas. É um artifício que força a presença simbólica de mulheres" quando a questão de desigualdade é "estrutural", sustenta Rita Rato. "É a nossa posição de sempre".

O PSD prepara-se para se abster numa eventual votação indiciária em comissão mas a deputada Ângela Guerra não garante que esta seja essa a posição do partido na votação final global. "O princípio da livre economia de mercado é basilar nesta matéria. Não podemos impor ao privado regras que as empresas públicas não cumprem".



“

O CDS quer negociar. É negociável.

ELZA PAIS
Deputada do PS

Se o PS encontrar algum mecanismo intermédio no sentido de maior proporcionalidade estamos disponíveis para analisar.

ANA RITA BESSA
Deputada do CDS

Não podemos impor ao sector privado regras que as empresas públicas não cumprem.

ÂNGELA GUERRA
Deputada do PSD

”

CDS não quer multas directas

O CDS também apresentou uma proposta de alteração. Tal como explica a deputada Ana Rita Bessa, a ideia é garantir maior progressividade, flexibilidade na aplicação da lei e, sobretudo, um significativo alívio de sanções: em vez de pagarem multas progressivas, o CDS propõe que as empresas cotadas que cumpram as quotas fiquem sujeitas à aplicação de uma repreensão registada e à publicação da mesma.

“Temos de ver o que é proposto pelo PS mas à partida temos uma posição forte em relação às sanções pecuniárias directas”, afirmou ao Negócios a deputada Ana Rita Bessa, do CDS. “Se o PS não propuser nada a meio caminho chumbamos. Mas se encontrar algum mecanismo intermédio no sentido de maior proporcionalidade estamos disponíveis para analisar”. O CDS vai dar liberdade de voto nesta matéria. “Quanto mais acautelados estiverem os direitos das empresas maior a probabilidade de ser viabilizada”. ■

CMVM e emitentes contra quotas

O Governo quer reforçar a presença feminina nos órgãos de decisão das cotadas. O Executivo quer que as companhias cumpram um mínimo de 20% de representação feminina no conselho de administração e conselho fiscal ou comissão de auditoria, prevendo sanções pesadas a quem não cumprir. Mas regulador e emitentes não querem um sistema de quotas e queixam-se das coimas que este prevê.

Caso seja aprovada a nova legislação que prevê quotas por géneros, falta menos de um ano para que as empresas cotadas tenham que se adaptar às novas regras, sendo que actualmente apenas um terço cumpre os limites propostos. Num parecer enviado este ano à Assembleia da República, a CMVM manifesta a sua oposição a este sistema. O regulador refere que “se em algumas sociedades poderá fazer sentido o objectivo de um determinado rácio de representação de género, dependendo de critérios específicos, em outras isso poderá redundar em perda de valor accionista”.

A CMVM, em oposição às sanções, propõe um mecanismo legislativo de “comply or explain” e sugere um prazo mais longo de adaptação às quotas. A instituição quer, pelo menos, 5 anos, fazendo uma comparação com outros modelos na Europa.

O sistema de quotas merece ainda a oposição da associação de emitentes. A AEM, num parecer também enviado à AR, opõe-se a este conjunto de “novas obrigações”, realçando que o Governo deveria oferecer incentivos para as empresas dispersarem capital em bolsa. E, conclui, o maior problema é a “inexistência de um fluxo, que deveria ser regular, de entrada de novas empresas em bolsa”. ■ PA